

PLANO ESTADUAL DA JUVENTUDE

2008 - 2018

Secretaria de Desenvolvimento
Social, Criança e Juventude



GOVERNO DO ESTADO

PERNAMBUCO

SEMPRE DO SEU LADO

ÍNDICE

04 I – PLANO ESTADUAL DA JUVENTUDE 2008 – 2018

- 04** • BASE LEGAL
- 05** • LINHA DE BASE – Diagnóstico da Situação dos Jovens em Pernambuco até 2008
- 09** • PRESSUPOSTO DO PLANO ESTADUAL DA JUVENTUDE
- 10** • MACRO – OBJETIVOS E EIXOS ESTRATÉGICOS
- 10** • SISTEMA ESTADUAL DA JUVENTUDE – MODELO DE GESTÃO
- 11** • MATRIZ ESTRATÉGICA DE AÇÃO

13 II – AVALIAÇÃO DO PLANO DE JUVENTUDE 2008-2018 RELATÓRIO FINAL

- 23** • DESAFIOS PARA O NOVO PLANO

24 BIBLIOGRAFIA

I – PLANO ESTADUAL DA JUVENTUDE 2008-2018

BASE LEGAL (2008)

MARCO JURÍDICO DO PLANO ESTADUAL DE JUVENTUDE

No Brasil, a legislação vigente oferece um marco jurídico no qual se assenta este Plano Estadual de Juventude. Assim, a Constituição da República estabelece, em seu artigo 1º, que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos: a soberania, a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Da mesma forma, em seu Art. 24, inciso XV, a Constituição de 1988 estabelece a competência da União, dos Estados e do Distrito Federal em desenvolver um marco jurídico de proteção da infância e da juventude.

Em relação à infância e à adolescência, os legisladores desenvolveram a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, criando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre parte do período da juventude, a adolescência. O ECA é uma declaração detalhada sobre os direitos da criança e do adolescente e representou um avanço significativo no reconhecimento destes como cidadãos com direitos. Além disso, o legislador previu o estabelecimento de uma estrutura institucional para proteger estes direitos.

Em relação às políticas de juventude, no âmbito federal, foi instituída a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que cria a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude (CNUJ) e institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), além de dar outras providências. A aprovação desta Lei nº 11.129, de 2005, acompanha a tendência internacional e as demandas sociais e acadêmicas relacionadas à análise da questão dos jovens no Brasil e institui a idade em que se compreende a juventude no País, entre 15 e 29 anos, para fins do desenvolvimento das políticas públicas. Ainda foram instituídos o Decreto nº 5.490, de 14 de julho de 2005, e a Portaria nº 123, de 3 de agosto de 2006, que dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional de Juventude (CNUJ) e confere outras deliberações. Apesar de não contar com uma legislação global direcionada à juventude brasileira - como, por exemplo, um Estatuto Nacional da Juventude ou um Plano Nacional de Juventude, o art. 24. da Constituição de 1988, propõe, entre outras matérias, que “compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: a proteção à infância e à juventude.” Isso quer dizer que, independentemente da existência de legislação nacional, os Estados Federados podem - e devem - legislar sobre essa relevante matéria, determinada nos parágrafos subsequentes, na forma da constituição:

§ 1.º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2.º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3.º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. (Brasil, 1988)

Sendo assim, apesar de não contar com um marco geral em relação aos jovens brasileiros, o desenho do Plano Estadual de Juventude de Pernambuco está em sintonia com o trabalho desenvolvido pela Câmara Federal, acompanhando a estrutura básica e o referencial do Plano Nacional de Juventude - “Substitutivo do Projeto de Lei nº 4.530, de 2006, aprovado pela Comissão Especial que é destinada a estudar propostas de políticas públicas para a juventude” - ainda em tramitação no congresso. Espera-se que, no marco da legislação para implementação deste Plano Estadual de Juventude, haja a possibilidade de corrigir esta ausência do marco jurídico regulatório. No entanto, neste referencial proposto, apontou-se um marco normativo que estabelece as regras, de forma clara, e ainda oferece as garantias necessárias para articular todos os atores institucionais envolvidos na promoção e na proteção da juventude do Estado de Pernambuco.

REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DA JUVENTUDE

No campo da juventude, pode-se afirmar que o Estado de Pernambuco encontra-se em sintonia com as convenções internacionais. No que tange mais especificamente aos temas centrais do Plano Estadual de Juventude, um dos compromissos internacionais mais relevantes é a Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU (1990) que trata diretamente dos direitos dos “jovens adolescentes” até 18 anos. No entanto, existem outros referenciais relevantes e de importância para a juventude:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948);
- Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966);
- Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1978);
- Convenção sobre a Exclusão de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968);
- Convenção sobre a Exclusão de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979);
- Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984).

LINHA DE BASE

Diagnóstico da Situação dos Jovens em Pernambuco até 2008

Para que o Plano Estadual de Juventude fosse fundamentado em evidências concretas sobre a condição de vida dos jovens pernambucanos, a Secretaria Especial de Juventude e Emprego (SEJE) inicialmente elaborou um diagnóstico baseado no levantamento de dados secundários em algumas áreas específicas. Este levantamento substitui, de forma ainda precária, uma pesquisa quantitativa e qualitativa que está sendo desenvolvida pela SEJE.

Os dados apresentados a seguir referem-se às áreas de: demografia, educação, trabalho, saúde e violência e foram levantados em pesquisa desenvolvida junto às seguintes fontes: PNAD 2006, IBGE Censo 2000, MEC Censo Escolar 2007, Ministério da Saúde DATASUS 2003 e 2005, SIM/MS - Plano Estadual de Segurança Pública de Pernambuco, SIM/SVS/MS, Mapa da Violência III 2006, Índice de Desenvolvimento Juvenil 2007. Os dados foram trabalhados, quando possível, em relação à faixa etária, gênero, raça e localização urbana e rural. Algumas temáticas abordadas no Plano Estadual de Juventude tais como mobilidade, participação, cultura juvenil e expressão artística, não foram desenvolvidas devido à ausência de dados secundários nestas áreas.

DEMOGRAFIA

Pode-se afirmar que a juventude pernambucana, na faixa etária entre 15 e 29 anos, representa, segundo os dados demográficos do Plano Nacional de Amostra de Domínios (PNAD) de 2006, 2.336.000 jovens, sendo 1.158.000 homens e 1.178.000 mulheres. Considerando que o tamanho da população geral em Pernambuco é 8.518.000 de pessoas, isto significa dizer que a população jovem representa 27% da população geral do Estado. Do total de 2.336.000 jovens pernambucanos, 824.000 (35,2%) estavam entre 15 e 19 anos; 793.000 (34,0%) entre 20 a 24 anos e 719.000 (30,8%) entre 25 a 29 anos.

Pernambuco, localizado no Nordeste do Brasil, é geograficamente dividido em quatro regiões: Litoral, Zona da Mata (Norte e Sul), Agreste e Sertão e agrega ainda o arquipélago de Fernando de Noronha. É dividido ainda em 12 Regiões de Desenvolvimento (RD's) e cada uma apresenta e vem despertando a necessidade de planejamento e execução de programas próprios. De acordo com o Censo 2000, 77% dos jovens vivem na zona urbana não metropolitana, enquanto 23% representam a juventude rural. Entre as Regiões de Desenvolvimento, a juventude pernambucana está distribuída assim: 43% na Região Metropolitana do Recife; 11% no Agreste Central; Mata Norte e Agreste Meridional, com 7% cada; 6% na Mata Sul e as demais RD's somam 26%.

Cabe ressaltar que as diferenças entre a cidade e campo não crescem apenas levando-se em conta as cifras da população residente. Aspectos como o desenvolvimento econômico, avanço social e político, repercutem em uma indiscutível hegemonia simbólica e cultural da cidade urbana sobre o mundo rural. Essa diferenciação, que vem evoluindo ao longo dos séculos, ainda é responsável por relações de poder que se traduzem em concepções equivocadas, com conceitos baseados em uma construção hegemônica, que difunde os valores de um jovem metropolitano à juventude rural, muitas vezes não considerando as especificidades desse jovem diante dos desafios que garantem as potencialidades locais em uma sociedade globalizada.

As diferenças na distribuição entre homens e mulheres jovens são equitativas: 49% de homens e 51% de mulheres jovens, seguindo uma tendência mundial para a faixa etária. Neste caso, a discussão central está relacionada ao modo como se analisam as relações entre homens e mulheres e que impactos as populações jovens sofrem. O gênero é então compreendido como uma relação que organiza as experiências sociais em função da diferenciação cultural entre os sexos. As relações de gênero revelam sempre uma relação de natureza assimétrica, relacionada a uma cultura machista e patriarcal construída historicamente ao longo dos séculos, influenciando diretamente nas desigualdades de oportunidades e na ocupação do espaço público e das estruturas sociais.

Ainda outro fator a ser considerado é a questão racial e étnica. A definição de raças humanas é principalmente uma classificação de ordem social, onde as diferenças mais comuns referem-se à cor de pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial, ancestralidade e, em algumas culturas, genética. Em relação à raça e etnia, os jovens seguem a linha demográfica nacional, com a predominância dos pardos (1.232.059), pretos (112.316) e brancos (907.291) conforme critério de autodeclaração que é o adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Estado possui 11 etnias indígenas, com uma população de 9.784 entre 15 e 29 anos. Segundo o Censo 2000, a Região Metropolitana do Recife (RMR) possui a maior população indígena jovem de Pernambuco com 3.580 jovens.

Além da raça é necessário considerar também aspectos de relevância sociocultural, expostos no conceito de etnia. Uma etnia ou um grupo étnico é, no sentido mais amplo, uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas e culturais e semelhanças genéticas. Uma tendência para mensurar a qualidade de vida dos jovens no Brasil é a de agrupar vários indicadores formando índices agregados. Como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ) composto de indicadores referentes à educação, saúde, trabalho e segurança. O índice vai de zero a um, com o valor em Pernambuco de 0,394 pontos, em 2007, o que posiciona o Estado no segundo pior lugar do país, antes apenas do Estado de Alagoas. O IDJ de Pernambuco situa-se abaixo de todas as demais médias regionais.

EDUCAÇÃO

Como se pode observar, desafios da área de educação representam uma preocupação enorme no Brasil e em particular no Nordeste, onde o analfabetismo juvenil atinge 66% do total de jovens analfabetos entre 15 e 24 anos no Brasil.

Além dos indicadores de analfabetismo, a alta incidência de repetência e evasão e a grande defasagem entre a situação escolar nas áreas urbanas e rurais mostram que, no Brasil, a possibilidade de que a educação seja um instrumento para atingir níveis mais elevados de desenvolvimento econômico e bem-estar social, está seriamente comprometida.

A escola não está garantindo a todos um mínimo de instrumentalização que torne as chances sociais menos desiguais. O tema que atinge diretamente a juventude, tanto no que concerne às bases educativas (educação infantil e ensino fundamental) que devem ser desenvolvidas durante a infância e ado-

lescência, quanto aos estudos profissionalizantes e/ou superiores que devem seguir-se à conclusão do Ensino Médio, concluindo um ciclo ideal de educação.

Em Pernambuco, menos de 30% dos jovens entre 15 e 29 anos estão matriculados no ensino fundamental ou médio. Deste total, 40% apresentam uma distorção idade - série no ensino fundamental e mais da metade dos que concluem o ensino médio em Pernambuco (pelo menos 45 mil) está acima da faixa etária recomendada. De cada 100 jovens que iniciam o ensino fundamental, apenas 38,7% concluem a 8ª série e, entre estes, apenas 22% conclui o ensino médio. Dos alunos matriculados em programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), 57% são jovens entre 15 e 29 anos, correspondendo a pouco mais de 10% da população jovem do Estado.

No que se refere à educação profissional, menos de 15% dos jovens entre 15 e 29 anos acessam esta alternativa. Além disso, do total de matrículas no ensino profissional só 5% equivaliam a pessoas que se encontravam na base da juventude, entre 15 e 17 anos, enquanto que 25% dos matriculados no ensino profissionalizante já estavam no último intervalo etário da juventude, entre 25 e 29 anos.

Considerando-se os altos índices de ingresso precoce (menos de 16 anos) no mundo do trabalho, é possível inferir o quanto os jovens vêm acessando postos de trabalho que demandam baixa qualificação e só tardiamente indo buscar complementos para sua formação profissional. Aqui cabe ressaltar que a educação profissional tem como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, requalificação, profissionalização para trabalhadores com qualquer escolaridade, atualização tecnológica permanente e habilitação nos níveis médio e superior. Esse segmento deve levar ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e traduzir-se em um espaço de desenvolvimento da competência de aprender a aprender.

A quantidade de mulheres no ensino médio e fundamental é 15% superior ao alunado masculino. Esse fato deve-se principalmente ao maior índice de evasão de jovens do sexo masculino dos bancos escolares, para ingresso no mundo de trabalho.

TRABALHO

A composição da economia brasileira mudou sensivelmente na medida em que a sociedade deixou de ser basicamente agrária e passou a se tornar cada vez mais industrializada. Em resposta a essa mudança, a estrutura da força de trabalho também se alterou, com impacto profundo na experiência e nas oportunidades de trabalho para os jovens.

A população ocupada entre 15 e 29 anos corresponde a 1.269.000 jovens, o que representa 33,5% da população ocupada total de Pernambuco, destes 486.000 são mulheres (39%) e 782 são homens (61%). Como se pode observar, as mulheres só correspondem a 39% da população ocupada jovem em Pernambuco, embora representem pouco mais de 50% dessa mesma população. O total dos jovens ocupados que representa 1.269.000 pessoas, 876.000 pessoas (69%) trabalham sem condições formais de contratação, não contribuindo para a previdência.

A análise da participação precoce dos jovens no mundo do trabalho revela o nível de desenvolvimento de um país. Nas economias mais desenvolvidas o número de jovens entre 15 a 17 anos que está trabalhando é bem inferior às taxas encontradas no Brasil. A taxa de desemprego juvenil é cerca de duas vezes superior à geral, tendo em vista que os jovens enfrentam o desafio da falta de experiência e da baixa qualificação, diante de um mundo do trabalho exigente e competitivo.

Por outro lado, a ocupação de um posto de trabalho não significa sempre uma situação ideal. São muitos os obstáculos enfrentados pelos jovens que estão no mundo do trabalho e pelos que ainda estão

tentando encontrar nele um lugar: más condições, baixa remuneração, longas jornadas, dificuldade de conciliar trabalho e escola, altas taxas de desemprego e subemprego e desajustes entre o estudo recebido e as exigências da vida contemporânea e do mercado.

SAÚDE

Enquanto o período da juventude caracteriza-se por ser de melhores condições físicas e psicológicas, em Pernambuco a saúde dos jovens representa uma grande preocupação. Em primeiro lugar, não existe uma política pública específica de saúde com foco na juventude, o que implica uma falta de acesso aos serviços públicos de informação e orientação em relação a sexualidade, prevenção de DST-AIDS, métodos de anticoncepção, etc. Neste cenário, o Estado acaba respondendo às conseqüências em vez de agir de forma preventiva. Essa situação reflete-se, notadamente, em relação à gravidez precoce que nos últimos dez anos aumentou em 32% em Pernambuco. Neste sentido, a gravidez de mulheres de 15 a 19 anos corresponde a 23,1%, quando a média no Brasil é de 21,8% nesta faixa etária.

De acordo com DATASUS (2005) do Ministério da Saúde, os indicadores de óbitos maternos de mulheres jovens entre 15 e 19 anos de idade equivalem a 15% do total e entre 20 e 29 anos atinge 53% das ocorrências em Pernambuco.

No Estado, a mortalidade infantil é uma das mais altas do Nordeste com 37,6 mortes por mil crianças (2004), superior à média do Brasil (22,5). Por outro lado à esperança de vida ao nascer, estimada pelo IBGE em 62,7 anos, é menor que a do Nordeste (68,4 anos).

Segundo dados do Ministério da Saúde, na faixa etária entre 13 e 29 anos foram identificados cerca 24% dos casos de AIDS em Pernambuco, em 2006. Informações sobre outras doenças sexualmente transmissíveis não foram encontradas de forma sistematizada por faixa etária.

Um outro aspecto que constitui uma preocupação constante e que nos últimos anos vem se agravando de maneira assustadora, refere-se ao uso e abuso das drogas lícitas e ilícitas entre os jovens. Especificamente de Pernambuco, não se dispõe de estatísticas confiáveis em relação ao uso, atitudes e comportamentos dos jovens em relação às drogas.

VIOLÊNCIA

Em Pernambuco, a pobreza e as desigualdades, no público formado por adolescentes e jovens, ganham destaque. A violência representa a principal causa de morte entre os jovens. Em 10 anos, o número de homicídios de jovens aumentou 77% no Brasil.

Segundo dados do Ministério da Saúde, a juventude - 15 a 29 anos de idade - é vítima de 47% das mortes violentas (lesões, acidentes, homicídios, entre outras) no Estado de Pernambuco. Na população total da Região Metropolitana de Recife, em 2004, os homicídios representavam 73,4 mortes por 100.000. Na população jovem, da Região Metropolitana de Recife, em 2004, os homicídios representavam 171,9 mortes por 100.000. Isto significa dizer que a mortalidade por homicídio entre os jovens é duas vezes maior do que na população em geral.

No Estado os homicídios atingem fundamentalmente a população de sexo masculino (cerca de 93% das vítimas são homens) e de raça negra, que tem um índice de vitimização 73,1% superior aos brancos na população total e 85,3% superior na faixa etária da juventude. A faixa etária predominante foi de 20 a 29 anos (41% do total), seguida da de 30 a 39 anos (21%). Os jovens de 15 a 19 anos constituíram 19% do

total.

A incidência crescente de todas as formas de violência com que os jovens se deparam, transforma-os em vítimas e algozes sistêmicos de quase todas as mazelas e exigem, do conjunto da sociedade, um maior conhecimento dos jovens e uma análise mais aprofundada das suas causas e efeitos. Exige também a continuidade da atitude responsável por parte do poder público, que vem demonstrando uma preocupação real em reduzir a violência na sociedade por meio de ações contínuas.

PRESSUPOSTOS DO PLANO ESTADUAL DA JUVENTUDE

SER UMA POLÍTICA DE ESTADO

Considerar a temática “Juventude” como objeto de preocupação permanente a ser incorporado definitivamente na agenda pública. A existência de uma política de juventude não pode estar à mercê dos interesses circunstanciais deste ou daquele Governo. Para assegurar uma maior consistência e perenidade é preciso consolidá-la através de diversos instrumentos institucionais enraizados nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário).

GARANTIA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE

O Plano Estadual de Juventude afirma em cada uma de suas ações a garantia dos direitos dos jovens, enquanto premissa básica necessária ao reconhecimento de uma identidade juvenil que merece ser objeto de preocupação na elaboração de todos os programas, projetos e ações do Governo.

CIDADANIA ATIVA E PARTICIPAÇÃO JUVENIL

O Plano Estadual de Juventude busca envolver e comprometer múltiplos atores na melhoria da qualidade de vida dos jovens e no desenvolvimento de suas potencialidades como cidadãos plenos e ativos. Em especial, incentiva a participação de forma ativa, informando, motivando e empoderando a juventude pernambucana para sua atuação na sociedade.

EQUIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

O Plano Estadual de Juventude promove, de acordo com os objetivos do Governo do Estado, o acesso universal aos serviços básicos que prestam as instituições do Estado, priorizando-os para aqueles que pela sua condição social o requeiram.

RESPEITO À DIVERSIDADE DA CULTURA JUVENIL

O Plano Estadual de Juventude estimula a livre expressão juvenil, o intercâmbio e o reconhecimento da diversidade cultural nas diferentes regiões do Estado.

TRANSVERSALIDADE INTEGRALIDADE E O ENFOQUE JUVENIL PELA EQUIDADE GERACIONAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Plano Estadual de Juventude reconhece e valoriza as identidades juvenis e busca considerá-las em todas as ações do Estado. A execução das políticas de juventude deve ser uma responsabilidade compartilhada por diversos órgãos. Para isso, suas propostas devem perpassar transversalmente todas as

áreas do Governo de forma intersetorial, sistêmica e intergeracional, gerando a sinergia necessária para desenvolver, em um só tempo, ações que valorizem a vivência da condição juvenil e a transição para a vida adulta.

INOVAÇÕES, TRANSPARÊNCIA E APRENDIZAGEM SOCIAL SISTÊMICA

A implementação do Plano Estadual de Juventude deve estar conectado de forma sistêmica às ações e prioridades definidas pela atual gestão, bem como necessita manter os canais de comunicação institucional abertos à inovação. Isto implica na necessidade de definir-se equilibradamente por meio da implementação de mecanismos de transparência e de processos de aprendizagem social que implicam em uma rigorosa avaliação, difusão e concertação entre todos os atores envolvidos.

Por outro lado, faz-se necessário difundir as informações acerca do planejamento, implementação e avaliação das experiências dos poderes públicos em relação aos jovens, para que a sociedade tome conhecimentos e se corresponsabilize pelo desenvolvimento das políticas de juventude no Estado.

OBJETIVOS E EIXOS ESTRATÉGICOS

Considerando os pressupostos do Plano Estadual de Juventude, no âmbito de processos participativo, político e técnico foram definidos três macro-objetivos estratégicos que delimitam os focos das políticas de juventude de Pernambuco para os próximos 10 anos.

A articulação entre os Objetivos e os Eixos Estratégicos está indicada no quadro a seguir:

OBJETIVOS	EIXOS ESTRATÉGICOS
1. Fortalecer e Adequar as Políticas de Emancipação	A – Promover o Desenvolvimento Sustentável da Juventude Pernambucana
2. Garantir as Políticas de Equidade	B – Garantir a Equidade de Oportunidades e as Políticas Afirmativas
	C – Fomentar a Cultura de Paz e da Não Violência
3. Promover as Políticas de Condição Juvenil	D – Fortalecer a Participação Autônoma e Promover a Cidadania Ativa
	E – Apoiar a Livre Expressão e a Cultura Juvenil

SISTEMA ESTADUAL DE JUVENTUDE – MODELO DE GESTÃO

O novo Modelo de Gestão inclui a prática sistemática da transparência, da geração e difusão do conhecimento, controle social, monitoramento e avaliação dos programas desenvolvidos pelo Governo do Estado, o que deve orientar a implementação do Sistema Estadual de Juventude.

Para o fortalecimento da operacionalização do Sistema Estadual de Juventude necessita-se da definição de papéis, responsabilidades e competências compartilhadas e pactuadas entre as diferentes entidades elencadas a seguir:

1. Secretaria Especial de Juventude e Emprego (SEJE) /Secretaria Executiva da Política da Criança e Juventude (SEPCJ)
2. Comitê Intersetorial de Políticas de Juventude
3. Comissão Parlamentar Especial de Juventude
4. Coordenação de Infância e Juventude do Poder Judiciário
5. Ministério Público de Pernambuco
6. Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude
7. Comitê Gestor do Plano Estadual de Juventude
8. Observatório de Juventude
9. Secretarias e Coordenadorias de Políticas de Juventude dos Municípios do Estado de Pernambuco
10. Fundo Estadual de Políticas de Juventude

Este Sistema deve incluir a articulação das seguintes redes:

- A. Rede de Gestores: responsáveis municipais de juventude do Estado de Pernambuco;
- B. Rede de organizações que trabalham com a Juventude;
- C. Rede de pesquisadores e especialistas em Juventude;
- D. Rede de informadores, educadores e comunicadores sociais especializados na temática;

No âmbito destas articulações entre a esfera governamental e a sociedade civil, algumas responsabilidades e competências devem ser compartilhadas de maneira a garantir a eficiência e eficácia do funcionamento do Sistema Estadual de Juventude.

MATRIZ ESTRATÉGICA DE AÇÃO 2008 -2018

Esta matriz representa, portanto, um caminho a ser percorrido com vistas à implementação efetiva deste Plano Estadual de Juventude de Pernambuco para o período de 2008 a 2018.

As seguintes Áreas Prioritárias e Linhas Programáticas foram sugeridas para serem concertadas pelo Comitê Intersetorial de Políticas de Juventude e integradas ao Plano Plurianual (PPA) 2008 - 2011 do Governo do Estado:

3 Macro Objetivos

5 Eixos 20 Áreas prioritárias

59 Linhas programáticas

Eixos Estratégicos e Áreas Prioritárias para a Ação

EIXOS ESTRATÉGICOS				
A - Promover o Desenvolvimento Sustentável da Juventude Pernambucana.	B - Garantir a Equidade de Oportunidades e as Políticas Afirmativas.	C - Fomentar a Cultura de Paz e da Não Violência.	D - Fortalecer a Participação Autônoma e Promover a Cidadania Ativa.	E - Apoiar a Livre Expressão e a Cultura Juvenil.
ÁREAS PRIORITÁRIAS				
A1. Universalizar o acesso e melhorar a qualidade da educação.	B1. Apoiar adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas, assim como os egressos da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC).	C1. Fomentar a cultura de paz e não violência por meio do empoderamento juvenil.	D1. Promover a cidadania ativa e fortalecer os canais de diálogo e participação dos jovens.	E1. Identificar e desenvolver programas de apoio à criatividade e a expressão cultural de jovens.
A2. Incentivar permanentemente a educação técnica e tecnológica e qualificar para o mundo do trabalho.	B2. Fortalecer as redes de apoio para jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social.	C2. Aprimorar, ampliar e integrar programas de prevenção à violência com base em gênero e orientação sexual.	D2. Apoiar os processos de organização e formação de redes, promovendo o associativismo juvenil em todos os níveis de atuação.	E2. Melhorar e ampliar os ambientes e entornos juvenis favoráveis ao desenvolvimento da juventude.
A3. Facilitar a inclusão no mundo do trabalho, o acesso ao primeiro emprego e a seguridade social.	B3. Fortalecer programas de assistência social e saúde para jovens dependentes de álcool e outras drogas.	C3. Aprimorar, ampliar e integrar programas de prevenção à violência com base na discriminação étnica e racial.	D3. Estimular o voluntariado juvenil.	E3. Apoiar a produção cultural juvenil.
A4. Apoiar as iniciativas individuais e coletivas dos jovens empreendedores e promover a Economia Solidária.	B4. Promover programas de atenção à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens.	C4. Diminuir a violência nas escolas e a violência de rua.	D4. Promover e fortalecer espaços de formação de jovens.	E4. Promover e apoiar a produção científica e tecnológica de jovens.
A5. Desenvolver mecanismos para facilitar a aquisição de moradia por parte dos jovens.	B5. Promover políticas afirmativas para segmentos da população jovem, especificamente: mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, jovens rurais e LGBT.	C5. Apoiar o diálogo e desenvolver soluções para os conflitos geracionais e pela terra.	D5. Estimular a produção, gestão e difusão dos conhecimentos que subsidiem, fortaleçam e qualifiquem a participação juvenil.	E5. Incentivar a utilização das tecnologias de informação e comunicação entre a juventude LGBT.
A6. Democratizar o desenvolvimento tecnológico e as novas formas de comunicação.		C6. Integrar e melhorar serviços de assistência aos jovens vulneráveis e expostos à violência e ao crime.		E6. Ampliar oportunidades de uso criativo e prazeroso do tempo livre.
A7. Promover a saúde integral dos jovens.		C7. Fortalecer o desenvolvimento de políticas integradas e descentralizadas de segurança pública com cidadania.		E7. Incentivar a prática de Esporte e Lazer.
A8. Preservar o meio ambiente e incentivar o desenvolvimento sustentável.				
A9. Garantir a mobilidade de estudantes e jovens.				

II – AVALIAÇÃO DO PLANO DA JUVENTUDE – RELATÓRIO FINAL

INTRODUÇÃO

Devido à necessidade e a importância de se analisar e discutir a implantação de uma política pública com foco na juventude, avaliando os avanços alcançados e os fatores que contribuíram para isso, mas também os desafios que continuam e que precisam ser superados, na nova década. Dessa forma, fechamos um ciclo iniciado em 2008 e concluído em 2018, indicando caminhos para o futuro.

Este relatório tem como objetivo apresentar a conclusão da avaliação do Plano Estadual da Juventude, referente à década de 2008 a 2018, ao mesmo tempo, também é uma avaliação da execução da política de Pernambuco referente à Juventude.

O Estado, em janeiro de 2007, criou a Secretaria Especial da Juventude e Emprego, embrião de uma política estadual de enfrentamento aos indicadores socioeconômicos da juventude ainda bastante precários no estado. O órgão tinha como atribuições, estabelecer os canais de relacionamento do Governo Estadual com os jovens, promover e coordenar as ações em prol deste segmento da população e ampliar o conhecimento específico para o entendimento e as respostas a atual condição juvenil. Tendo todo um arcabouço legal e ancorado no marco Metas de Desenvolvimento do Milênio, das Nações Unidas, e nas orientações do novo Modelo de Planejamento e Gestão do Governo do Estado, denominado “Todos Por Pernambuco”, coube a Secretaria Especial de Juventude e Emprego, coordenar o processo de mobilização, discussão, elaboração e aprovação do Plano Estadual de Juventude 2008 – 2018.

Para tanto, foi realizado a escuta participativa de atores sociais envolvidos e os próprios jovens, por meio do projeto intitulado “Dialogando: O Governo do Estado Ouvindo os Jovens Pernambucanos”, realizado nas 12 Regiões de Desenvolvimento do Estado, envolvendo cerca de 2.500 pessoas e 940 organizações e grupos de juventude, provenientes de 167 diferentes municípios.

Já o processo político é iniciado por meio do Decreto nº 30.966, que cria o Comitê Intersetorial de Políticas de Juventude, presidido pelo Governador do Estado e formado por 17 Secretarias de Estado e uma Fundação, além da escuta dos diversos atores envolvidos e dos jovens na etapa estadual da I Conferência Nacional de Juventude, onde a proposta do Plano Estadual de Juventude foi apresentada pelo Governador para mais de 1.500 jovens.

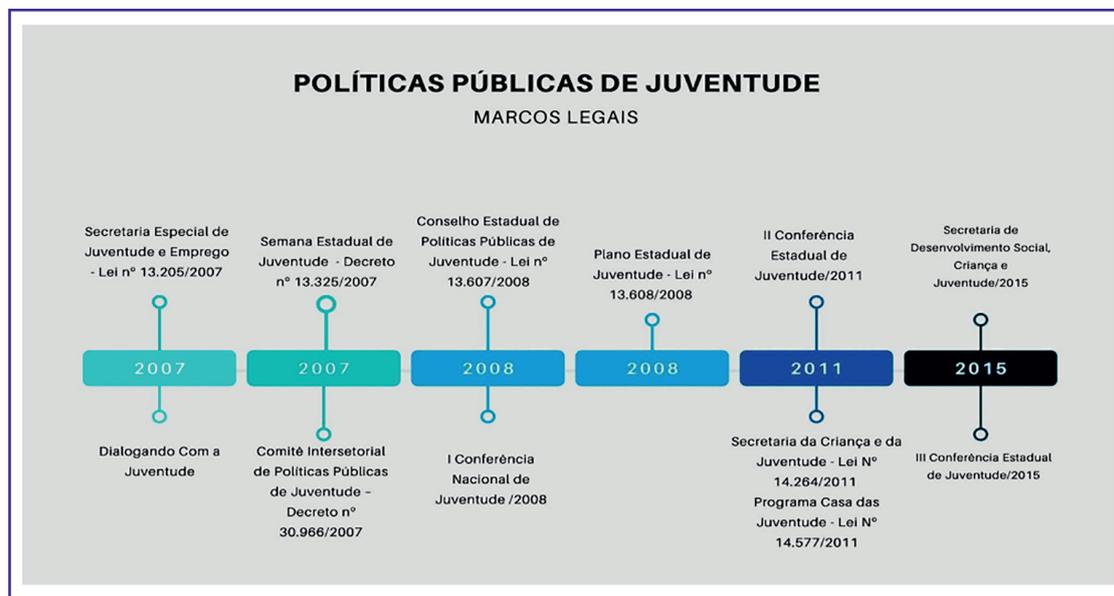
Todo esse processo culmina com a aprovação, em 13/10/2008, da Lei nº 13.608 que cria o Plano Estadual de Juventude do Estado de Pernambuco, dando início há um novo tempo que reconhece os jovens integralmente em seus direitos essenciais, como sujeitos de direitos, parceiros e agentes estratégicos de desenvolvimento do Estado, buscando a construção de um novo pacto no Estado de Pernambuco: o Pacto pela Juventude.

Em 2018, com a reformulação do Estado, a Secretaria Especial de Juventude e Emprego foi incorporada a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude como Secretaria Executiva da Política da Criança e da Juventude, com uma gerência dedicada à juventude. Neste contexto, a avaliação do Plano Estadual de Juventude se inicia respondendo aos pressupostos, com base na análise dos indicadores referentes às ações governamentais.

**Ser uma política de Estado
Garantia dos Direitos da Juventude**

Cidadania Ativa e Participação Juvenil
Equidade e Igualdade de Oportunidades
Respeito à Diversidade da Cultura Juvenil
Transversalidade Integralidade e o Enfoque Juvenil pela equidade Geracional nas Políticas
Públicas Inovação, Transparência e Aprendizagem Social Sistêmica.

POLÍTICA DE JUVENTUDE DE PERNAMBUCO 2008-2018



A partir da análise dos indicadores, podemos concluir que temos uma Política Estadual de Juventude que funciona dentro dos pressupostos proposto no Plano, como podemos mostrar com os dados coletados nas secretarias, que avançaram na oferta de ações e serviços com foco no jovem de 14 a 29 anos, em particular, a da SEE, da SDSCJ, a da SETEQ e da SDS.

O mesmo acontecendo com as gestões municipais que em sua grande maioria criam órgão responsável pela juventude. Em relação ao Sistema, até 2018 ele foi implantado em 50% no Executivo Estadual e Municipal e 100% no Judiciário e Ministério Público. Para o funcionamento de uma políticas integradas várias ações setoriais apresentam a complementariedade vertical entre os entes públicos, além da horizontal entre as diversas secretarias estaduais.

AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE JUVENTUDE DE PERNAMBUCO

- Regulamento da Seleção para o Parlamento Jovem versão em braile , em 2012 - Secretários de Educação (Consed), a Secretaria de Educação, a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe)
- Promoção de Ações de Saúde Sexual e Reprodutiva no âmbito das Unidades Básicas de Saúde dos municípios, desde 2014 - SES
- Capacitações para os profissionais da Rede Básica de Saúde dos municípios, em 2016 - SES
- Evento “Bate Papo com os Gestores de Juventude”, em 2017
- Encontro Estadual de Gestores de Juventude em Pernambuco, em 2017
- Criação de Comitês Intersetoriais de Políticas Públicas para a Juventude nos Municípios, em 2017

EDUCAÇÃO

Das políticas públicas para a juventude sobressai a educação, não só como um direito, mas também como instrumento de formação integral do sujeito em desenvolvimento. Para responder as premissas de ampliar o acesso e a permanência dos jovens na escola e erradicar o analfabetismo entre os jovens, o Governo de Pernambuco realizou ações diretas e complementares.

• ENSINO FUNDAMENTAL

Matrícula

Em 2019, foram registradas 1,3 milhão de matrículas no ensino fundamental. Esse valor é 3,3% menor do que o número de matrículas registradas para o ano de 2015. Os anos iniciais apresentaram uma redução de 2,6% nas matrículas entre 2015 e 2019 e os anos finais apresentaram uma redução de 4,2% no mesmo período.

Nos anos finais, a rede municipal apresentou a maior participação, com 55,2% das matrículas, sendo seguida pela rede estadual com 25,6% das matrículas. Ao avaliar como o número de matrículas do ensino fundamental está distribuído em relação à localização, observa-se que a maioria das matrículas (81,7%) do ensino fundamental está localizada em escolas urbanas. Além disso, 98,4% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública.

Distorção idade série

No ensino fundamental, as maiores taxas de distorção da rede pública foram encontradas no quinto, sexto e sétimo anos, com taxas de 29,3%, 33,2% e 31,9%, respectivamente. Na rede pública, os alunos do sexo masculino apresentaram taxas de distorção idade-séries superiores para todos os anos do ensino fundamental em relação às alunas.

A maior discrepância na taxa de distorção da rede pública é observada no sexto ano, que apresenta uma diferença de 16,7 p.p. A distorção idade-série da rede privada é inferior à da rede pública.

Tempo Integral

Em 2019, 8,6% dos matriculados no ensino fundamental permaneceram 7 horas diárias ou mais em atividades escolares (considerando a soma da duração da escolarização com a duração da atividade complementar), caracterizando-os como alunos de tempo integral. A proporção de matrículas de tempo integral é menor na rede privada do que na rede pública, 0,7% e 11,2%, respectivamente.

Escolas

O ensino fundamental no estado de Pernambuco, em 2019, foi ofertado em um total de 6.914 escolas. Dessas, 6.307 ofertavam os anos iniciais e 2.380 ofertavam os anos finais do ensino fundamental. O número de escolas que oferecem os anos finais caiu 2,7% nos últimos cinco anos e para os anos iniciais houve uma queda de 11,8%. A principal rede responsável pela oferta do ensino fundamental no Estado é a municipal com 4.387 escolas (63,5%).

Além dos tipos de destinação do lixo (serviço de coleta, queima, descarta em outra área, etc.), o Censo Escolar avaliou se a escola realiza algum tratamento do seu resíduo contemplando os processos de separação do lixo, de reaproveitamento ou reutilização e de reciclagem.

A disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas de ensino fundamental, por exemplo, lousa digital, projetor multimídia, computadores, tablets e internet. Os percentuais são apresentados segundo a dependência administrativa (o total de escolas é destacado entre parênteses ao lado do nome de cada rede).

Com relação à existência de espaços pedagógicos como biblioteca ou sala de leitura no ensino fundamental, observa-se que, de forma geral, a disponibilidade de biblioteca ou sala de leitura é maior nas escolas federais (100,0%) e nas particulares (80,4%).

Outros recursos relacionados à infraestrutura, por exemplo, banheiros acessíveis a pessoas com deficiência, recurso de acessibilidade para PCD, laboratório, parque infantil, pátio (coberto ou descoberto), quadra, jogos educativos e materiais para atividades culturais e artísticas (o total de escolas é destacado entre parênteses ao lado do nome de cada rede).

Docentes

Nos anos finais do ensino fundamental, 86,4% dos docentes possuem nível superior completo (81,1% em grau acadêmico de licenciatura). O percentual de docentes com formação superior em licenciatura aumentou 6,3 p.p. no período entre 2015 e 2019.

• ENSINO MÉDIO

Matrícula

Em 2019, foram registradas 335.117 matrículas no ensino médio. Esse valor é 8,1% menor do que o número de matrículas registradas para o ano de 2015. O ensino médio não integrado à educação profissional apresentou uma redução de 9,2% no número de matrículas entre 2015 e 2019 e o ensino médio integrado à educação profissional apresentou um aumento de 7,0% no mesmo período.

A rede estadual possui a maior participação na matrícula do ensino médio com 87,2% das matrículas, sendo seguida pela rede privada (10,4%). O percentual de matrículas da rede estadual aumentou 0,5 p.p. entre 2015 e 2019. No mesmo período, a participação das matrículas das escolas da rede privada caiu 1,0 p.p.

Ao avaliar como o número de matrículas do ensino médio está distribuído em relação à localização, observa-se que a maioria das matrículas (94,0%) do ensino médio está localizada em escolas urbanas e 98,7% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública.

Distorção idade-série

As taxas de distorção do ensino médio são mais elevadas na rede pública do que na privada. Na rede pública, a maior distorção foi observada para a primeira série, com taxa de 29,8%. Similarmente ao ensino fundamental, para ambas as redes, os alunos do sexo masculino apresentaram taxas de distorção idade-série maiores para todas as séries do ensino médio. A maior discrepância na taxa de distorção pode ser observada na primeira série da rede pública, que apresenta uma diferença de 12,1 p.p.

Tempo Integral

Em 2019, 47,0% dos matriculados no ensino médio permanecem 7 horas diárias ou mais em atividades escolares (considerando a soma da duração da escolarização com a duração da atividade complementar), caracterizando-os como alunos de tempo integral. Em 2018, esse percentual era de 44,2%.

A proporção de matrículas de tempo integral é maior na rede pública (52,1%) do que na privada (2,5%). Desde 2015, a proporção de matrículas da rede pública, classificadas como de tempo integral, aumentou 13,5 p.p.

Escolas

No Estado, o ensino médio foi ofertado por um total de 1.126 escolas em 2019. Nos últimos cinco anos houve um aumento de 1,4% no número de escolas que oferecem essa etapa de ensino. Quando avaliada a distribuição das unidades por dependência administrativa, percebe-se que a rede estadual é a que dispõe de um maior número de escolas. Das unidades de ensino médio, 70,9% são da rede estadual, seguidas pela rede privada com 27,3% das escolas.

Relativo à disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas de ensino médio, por exemplo, lousa digital, projetor multimídia, computadores, tablets e internet. Os percentuais são apresentados segundo a dependência administrativa (o total de escolas é destacado entre parênteses ao lado do nome de cada rede).

A disponibilidade de recursos de infraestrutura nas escolas de ensino médio, por exemplo, biblioteca, banheiros acessíveis a pessoas com deficiência, recurso de acessibilidade para PCD, laboratório, pátio (coberto ou descoberto), quadra, instrumentos musicais, jogos educativos e materiais para atividades culturais e artísticas. Os percentuais são apresentados segundo a dependência administrativa (o total de escolas é destacado entre parênteses ao lado do nome de cada rede).

Docentes

Um total de 18.116 professores atuou no ensino médio em 2019. Desse total, 96,3% têm nível superior completo (86,9% em grau acadêmico de licenciatura e 9,4%, bacharelado)

• EDUCAÇÃO DE JOVEM E ADULTO

Matrícula

O número de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) apresentou uma queda de 8,1% de 2015 a 2019, chegando a 187.217 matrículas em 2019. Em relação ao ano de 2018, o número de matrículas da EJA de nível fundamental caiu 4,3%. A EJA de nível médio apresentou uma redução de 0,7% em relação a 2018.

Na EJA de nível fundamental, 72,6% das matrículas estão na rede municipal, seguida pela rede estadual, com 26,4% das matrículas. Na EJA de nível médio, a rede estadual é responsável por 97,6% das matrículas, seguida da rede privada com 1,1%. A EJA concentra, proporcionalmente, um maior número de matrículas (83,8%) na zona 1 - urbana.

Faixa etária e sexo

A educação de jovens e adultos (EJA) é composta predominantemente por alunos com menos de 20 anos, que representam 37,6% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os estudantes do sexo masculino são maioria, representando 65,5% das matrículas.

Cor/raça

Em relação à cor/raça, percebe-se que os alunos identificados como pretos/pardos representam 80,1% da EJA de nível fundamental e 78,1% da EJA de nível médio em relação à matrícula dos alunos com informação de cor/raça declarada. Os alunos declarados como brancos representam 17,7% da EJA de nível fundamental e 20,7% da EJA de nível médio.

• **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Matrícula

O número total de matrículas da educação profissional cresceu 0,2% de 2015 a 2019, chegando a 110.531 matrículas em 2019. Em relação ao ano de 2018, o número de matrículas da educação profissional subsequente ao ensino médio cresceu 4,1%.

As matrículas da educação profissional estão principalmente concentradas na rede estadual, com 50,1% das matrículas, seguida da rede privada com 34,3%. Verifica-se ainda que 23,3% das matrículas da rede federal estão localizadas na zona rural.

Faixa etária e sexo

A educação profissional é composta predominantemente por alunos com menos de 20 anos, que representam 41,3% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo feminino são maioria, representando 55,6% das matrículas.

Cor/raça

Na educação profissional verifica-se que brancos e pretos/pardos representam, respectivamente, 28,2% e 70,0% das matrículas. Quando investigadas as modalidades da educação profissional, percebe-se um maior percentual de brancos na modalidade integrada ao nível médio (29,6%), assim como, de pretos/pardos na modalidade FIC (qualificação profissional articulado) de nível médio (81,3%). Os alunos declarados como amarelos/indígenas representam apenas 1,8% da matrícula total.

• **EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Matrícula

O número de matrículas da educação especial chegou a 45.643 em 2019, um aumento de 46,3% em relação a 2015. O maior número de matrículas está nos anos iniciais do ensino fundamental, que concentra 47,7% das matrículas da educação especial. Quando avaliada a diferença no número de matrículas entre 2015 e 2019 por etapa de ensino, percebe-se que as matrículas de ensino médio cresceram 113,9%.

• **ENSINO SUPERIOR**

UPE – Universidade de Pernambuco Universidade Estadual de Pernambuco - multicampi (Arcoverde, Camaragibe, Caruaru, Garanhuns, Mata Norte – Nazaré Da Mata, Mata Sul – Palmares, Petrolina, Recife – Benfica, Recife - Santo Amaro, Salgueiro, Serra Talhada) com 56 cursos de graduação presenciais e cinco à distância. Mais de 14 mil alunos matriculados na graduação em 2018 e mais de 3.700 alunos na pós-graduação. (SECTI, 2018)

No contexto de complementariedade educacional foram oferecidas as seguintes ações, programas e projetos:

- Projeto TRAVESSIA - ENSINO MÉDIO, desde 2007 - SEE
- Projeto TRAVESSIA - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, desde 2010 - SEE
- Programa PE NO FUTURO, em 2009 - SEE
- Programa de Alimentação Escolar, desde 2010 - SEE
- Programa Ganhe o Mundo, com início 2011- SEE
- Programa PAULO FREIRE, em 2011 - SEE
- Projeto PREPARA JOVENS, início em 2017 - SEE

- PERNAMBUCODER, em 2016 - SEE
- 12ª OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS, em 2017 - SEE
- Concurso de Jogos Digitais de Educação Ambiental - SEMAS
- Plataforma Digital de Educação Ambiental - SEMAS
- Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR), em 2015 - SECTI
- Programa Universidade para Todos em Pernambuco (PROUPE) desde 2011 - SECTI
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), em 2016 - SECTI
- FACEPE - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, desde 1989 - SECTI
- REPEPE - Rede Pernambucana de Pesquisa e Educação, desde 2017 - SECTI
- CG Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), desde 2001 - SECTI
- Fundo Inovar-PE, desde 2015 - SECTI
- Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), desde 2004 - SECTI
- Telecentros, entre 2013 e 2017- SECTI

MUNDO DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Já as premissas referentes ao trabalho, ou seja, preparar os jovens para o mercado de trabalho e gestão do trabalho e renda, diversas secretarias estaduais desenvolveram ações, principalmente, para os jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou egressos do sistema socioeducativo.

• EDUCAÇÃO PROFISSIONAL- SEE

Matrícula

O número total de matrículas da educação profissional cresceu 0,2% de 2015 a 2019, chegando a 110.531 matrículas em 2019. Em relação ao ano de 2018, o número de matrículas da educação profissional subsequente ao ensino médio cresceu 4,1%.

As matrículas da educação profissional estão principalmente concentradas na rede estadual, com 50,1% das matrículas, seguida da rede privada com 34,3% das matrículas. Verifica-se ainda que 23,3% das matrículas da rede federal estão localizadas na zona rural.

Faixa etária e sexo

A educação profissional é composta predominantemente por alunos com menos de 20 anos, que representam 41,3% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo feminino são maioria, representando 55,6% das matrículas.

Cor/raça

Na educação profissional verifica-se que brancos e pretos/pardos representam, respectivamente, 28,2% e 70,0% das matrículas. Quando investigadas as modalidades da educação profissional, percebe-se um maior percentual de brancos na modalidade integrada ao nível médio (29,6%), assim como, de pretos/pardos na modalidade FIC (qualificação profissional articulado) de nível médio (81,3%). Os alunos declarados como amarelos/indígenas representam apenas 1,8% da matrícula total.

- Projeto TRAVESSIA - ENSINO MÉDIO/QUALIFICA, desde 2007 - SEE
- Projeto TRAVESSIA, nos anos finais do Ensino Fundamental/Qualifica, desde 2010 - SEE
- Programa Qualifica Pernambuco, em 2009 e 2010 - SETEQ

- PROJOVEM Trabalhador – Juventude Cidadã, em 2013 - SETEQ
- Programa de Formação Empreendedora (FORME), em 2015 - SETEQ
- Programa Novos Talentos, em 2017 - SETEQ
- PlanTeQ 2007, Jovem Empreendedor, Emprego Jovem – Telecentros, em 2008 - Juventude Cidadã - SEJE
- Programa Chapéu de Palha, em 2009 - SDSCJ
- Espaços Juventude em Movimento, em 2010 - SDSCJ
- Projovem Trabalhador, em 2011 - SDSCJ
- Projeto Um Olhar Inovador – Empreendedorismo como Agente de Transformação Social, em 2017 - SDSCJ
- Programa PE no Batente GSU Imbiribeira, desde 2013 - SDSCJ
- Mercado de Trabalho /Empregabilidade para pessoas com deficiência - SDSCJ
- Programa Vida Aprendiz, desde 2016 - SDSCJ
- Projeto Novas Oportunidades, desde 2016 - SDSCJ
- Centro de Atendimento Socioeducativo - CASE, em 2016 - FUNASE - SDSCJ
- Cursos profissionalizantes para socioeducandos - 2015 - 1.465; 2016 - 1.891; 2017 - 2.186 e 2018 - 1.612 - FUNASE - SDSCJ
- Adolescentes em estágio - 2015 - 0; 2016 - 0; 2017 - 15 e 2018 - 20 - FUNASE - SDSCJ
- Adolescentes no mundo do trabalho - 2015 - 0; 2016 - 0; 2017 - 2 e 2018 - 0 - FUNASE - SDSCJ
- Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado, em 2018 - EMPETUR - SETUR
- Plano de Desenvolvimento da Cadeia Têxtil e de Confecção, em 2012/2013 - SDEC
- Parque Tecnológico de Eletroeletrônicos e Tecnologias Associadas do Estado de Pernambuco (PARQTEL), desde 1995 - SECTI
- PROAPL, de 2011 a 2017 - SECTI
- Projeto Juventude Presente, com oferta qualificação profissional, em 2018 atendeu 330.546 atendimentos e 139 ações de cidadania - SPVD

SAÚDE E LAZER PARA UMA VIDA SAUDÁVEL

Para a premissa de promoção a uma vida saudável, as ações e campanhas ultrapassam a Secretaria Estadual de Saúde e as secretarias municipais dentro do escopo do Sistema Único de Saúde (SUS) e envolvem outros órgãos e projetos do âmbito estadual.

- Programa de Saúde do Escolar (PSE), desde 2013 - SEE/SES
- Serviços de Saúde, escola e comunidade e suas especificidades, desde 2013 - SES
- Maternidades de Referência da Rede Estadual - Garantir a realização do aborto legal em casos de jovens vítimas de violência sexual - SES
- Vacinação prioritária, em 2018 - Em março ocorreu a campanha de vacinação contra três tipos de influenza nas unidades da FUNASE. - SES
- Serviço de Atendimento aos Usuários de Drogas - CAUD e Centros da Juventude - CJ 2008/2010 - SDSCJ
- PE CONDUZ - serviço de transporte para atividades contínuas de tratamento de saúde para pessoas com deficiência grave. - SDSCJ
- ATITUDE NAS RUAS - SDSCJ
- ATITUDE - CENTRO DE ACOLHIMENTO E APOIO - SDSCJ
- ATITUDE - CENTRO DE ACOLHIMENTO INTENSIVO - SDSCJ

- ATITUDE - ALUGUEL SOCIAL - SDSCJ
- Programa Segundo Tempo, de 2009 a 2011 - SEE
- Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), em 2009 - SEE
- Jogos Escolares de Pernambuco (JEPs), em 2009, 2010 e 2017 - SEE
- Programa Ganhe o Mundo - Esportivo, em 2015 - SEE
- PROGRAMA HORTA EM TODO CANTO - SEMAS
- Zoo Noturno - SEMAS
- Exposição "Mundo dos Répteis" - SEMAS.

JUVENTUDE CIDADÃ E PARTICIPATIVA

Toda a política de juventude do Estado de Pernambuco tem como foco central a efetiva participação social do segmento. Além dos Conselhos Municipais, um bom exemplo é o Programa Casa das Juventudes, uma parceria do Estado com os municípios. Em 2011 o Governo transformou o Projeto, do espaço transformador, aglutinador e de participação, em Programa e esse continuou sendo referência de Políticas Públicas de Juventude para todo país.

- Conferências Municipais para elaboração do Plano Estadual da Juventude, em 2008 - SDSCJ
- CASAS DAS JUVENTUDES - SDSCJ
- GOVERNO PRESENTE - Cadastro de Direitos até 2015- SDSCJ
- GOVERNO PRESENTE -- Coletivo de Direitos até 2017- SDSCJ
- GOVERNO PRESENTE - Dialogando Cultura de Paz até 2018- SDSCJ
- ESTATUTO É NOSSO, desde 2017 - SDSCJ
- Curso "Juventude(s) e Políticas Públicas", em 2017 - SDSCJ
- Programa Identidade Jovem em Pernambuco, em 2017 - SDSCJ
- FUNASE - média de frequência escolar de socioeducandos - 2015 - 55%; 2016 - 48%; 2017 - 68% e 2018 - 64%.
- Empresa Pernambuco de Comunicação (EPC), desde 2011
- ESPAÇO CIÊNCIA - SECTI
- Conexão Cidadã, até 2015 - SECTI
- Círculo de Educação e Cultura, em 2017 e 2018 - SECMULHER
- Oficinas Socioeducativas - SECMULHER
- Resgatando Cidadania, em 2008 - SDS
- Programa PASSE LIVRE ESTUDANTIL - SEE
- VEM LIVRE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - SDSCJ
- PE CONDUZ - serviço de transporte adaptado para pessoas com deficiência graves para atividades de lazer e culturais. - SDSCJ
- Prêmio Naide Teodósio de Estudos de Gênero, desde 2007 - SECMULHAR
- Residência Inclusiva, desde 2015 - SDSCJ
- Central de Intérpretes de Libras (CIL): Implantado para atender às pessoas com deficiência auditiva, interpretes e acompanhantes.

POLÍTICA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

Um ponto nevrálgico quando falamos de juventude, em particular do jovem o negro, a violência já que é nessa faixa etária, no masculino e da cor negra que os indicadores são os piores. São eles os que mais morrem e os que mais matam, como comprovam os dados de 2016 e 2017. Mas a partir de 2016

começou a funcionar programas com foco na prevenção dos jovens em vulnerabilidade socioeconômica e egressos do sistema de medidas socioeducativas e do sistema prisional.

- Serviços de Saúde de Referência para atendimento aos adolescentes em situação de violência, desde 2006 - SES
- Capacitações para profissionais de Saúde, do Sistema Socioeducativo e Protetivo na área de Linhas de Cuidados para crianças e adolescentes em Situação de Violência, desde 2014 - SES
- Oficinas, Fóruns e Debates sobre a temática de enfrentamento a violência entre os profissionais da Rede de Saúde, desde 2014 - SES
- Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher, desde 2009 - SECMULHER
- PROGRAMA VIDA NOVA, desde 2009 - SDSCJ
- PROGRAMA VIDA NOVA - Implantação do CENTRO DA JUVENTUDE DE SANTO AMARO, desde 2012 - SDSCJ
- PROGRAMA VIDA NOVA - CENTRO DA JUVENTUDE - (CJ) - Incentivo Vida Nova, em 2014 e 2015 - SDSCJ
- GOVERNO PRESENTE - Acompanhamento de Universos Prioritários, até 2018 - SDSCJ
- Plano de Ação sobre a Violência Contra a Juventude Negra, em 2017 - SDSCJ
- PROJETO NOVAS OPORTUNIDADES - cadastra e acompanha adolescentes/jovens de 12 a 22 anos de ambos os sexos, egressos do sistema socioeducativo, desde 2016 - SDSCJ
- PROGRAMA JOVEM APRENDIZ - acompanhar mensalmente e inserir no mundo trabalho jovens em risco, desde 2016 - SDSCJ
- Medida Socioeducativa de Internação e Semiliberdade, em Internação Provisória e no Atendimento Inicial, conta com 24 (vinte e quatro) unidades. FUNASE - SDSCJ
- UNIDADES DA FUNASE - Os esforços desenvolvidos têm sido compensados. O índice de reincidência dos socioeducandos caiu de 61,84% em 2016 para 47% em 2017. Episódios de violência, que mantinham a FUNASE permanentemente na mídia, decresceram de forma significativa. O ano de 2016, com vinte rebeliões e 15 óbitos e ano de 2017 com 11 rebeliões e 09 óbitos, foram substituídos por 17 meses sem nenhum episódio importante de violência e nenhum óbito. FUNASE - SDSCJ
- Juventude em Alerta, em 2008 - SDS
- Programa de Proteção às Crianças e aos Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), em 2017 foram 55 beneficiados. Em 2018, foram 85 beneficiados. SJDH

DESAFIOS PARA O NOVO PLANO

- Maior atenção às políticas públicas para o jovem no campo.
- Manutenção dos pressupostos para ampliação e aprofundamento.
- Continuidade das boas práticas das políticas setoriais.
- Sistemática de reuniões do Conselho mesmo de forma híbrida.
- Monitoramento e avaliação;
- Mobilização do Conselho Estadual de Juventude para a criação de conselhos municipais.
- Orçamento e Fundos – previsão orçamentária para a política de juventude e criação dos fundos.
- Criação dos comitês e comissões - aprofundar as articulações entre os poderes, entre os municípios e a sociedade civil organizada.
- Redes – estabelecer e implantar as redes.
- Observatório – estabelecer parcerias com Universidades, Centro de Estudos e outros Observatórios.

BIBLIOGRAFIA

PLANO ESTADUAL DE JUVENTUDE – Construindo um Pacto pela Juventude – Secretaria Especial da Juventude e Emprego – Governo de Pernambuco – Universidade da Juventude

Anexos do Plano Estadual da Juventude – Demandas e Propostas dos Principais Atores

Resumo técnico do Estado de Pernambuco Censo da Educação básica 2019 – Diretoria de Estatísticas Educacionais – DEED – INEP- MEC

Relatório Anual de Gestão da SEPLAG – 2010, 2011, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

Equipe do Comitê de Análise do Plano

Ana Catarina Braga
Marinna Duarte
Williams Jorge de Matos
Elba Ravane
Karina Falcão

Williams Jorge de Matos
Secretário-Executivo do Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude

Eduardo Vasconcelos
Presidente do Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude

OUTUBRO DE 2021

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
SEMPRE DO SEU LADO